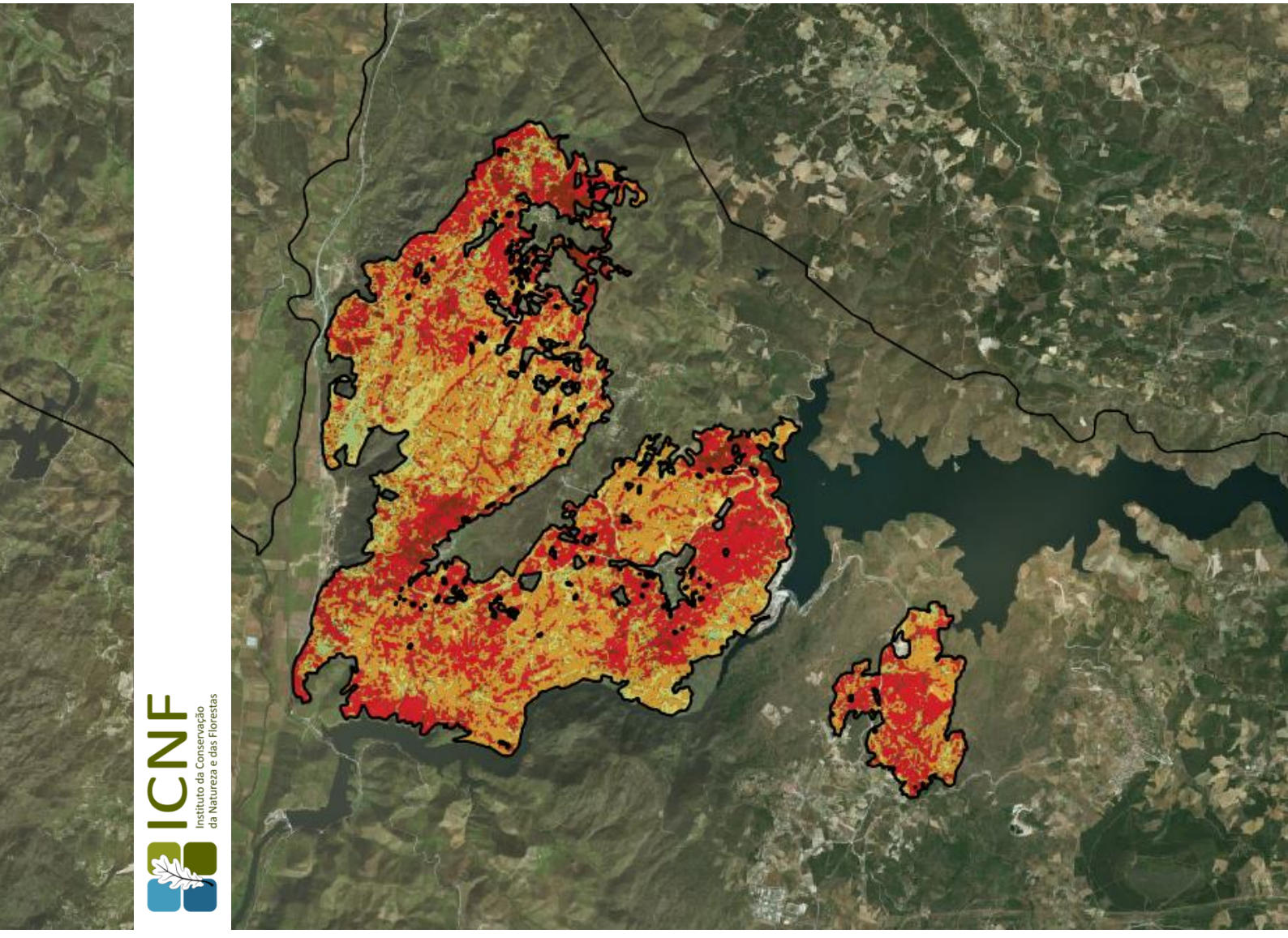
ADEGANHA

TORRE DE MONCORVO

RELATÓRIO DE ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA PÓS-INCÊNDIO



ADEGANHA

TORRE DE MONCORVO

RELATÓRIO DE ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA PÓS-INCÊNDIO

Edição | Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Elaboração | Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas - Departamento de Gestão dos Fogos Rurais / Direção Regional de Conservação da Natureza e Florestas do Norte

Data edição | 17 de novembro de 2020

O presente documento encontra-se disponível em www.icnf.pt

Índice

1 INTRODUÇÃO 2

2 CARATERIZAÇÃO DA ÁREA PERCORRIDA PELO INCÊNDIO 3

3 MEDIDAS PARA ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA 5

4 ANEXOS 7

ANEXO I - Mapas

ANEXO II - Principal legislação e regulamentação aplicável

1 INTRODUÇÃO

No mês de agosto de 2020, entre os dias 06 e 07, ocorreu um incêndio florestal de grandes dimensões que afetou 2769 hectares no concelho de Torre de Moncorvo, distrito de Bragança. Pela sua proximidade, inclui-se ainda no presente relatório, o incêndio de Larinho ocorrido entre os dias 11 e 12 de agosto, que totalizou 257 hectares.

A elaboração de um relatório de estabilização de emergência é justificada, nos termos da legislação em vigor, pelos fortes impactes do incêndio na paisagem, no funcionamento dos ecossistemas e nas atividades humanas (que em grande medida se baseiam no setor primário e, crescentemente, no turismo em espaço rural) e pelo histórico de incêndios florestais desde a década de 1960, de que se salientam os grandes fogos 1984, 1986, 1989, 1991, 1996, 1998, 2000, 2004, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2017.

O fogo é um fator ecológico desde sempre presente nos ecossistemas ibéricos e um poderoso modelador da paisagem. Neste contexto, entende-se como *recuperação de áreas ardidas*,

> "As atividades realizadas com vista a garantir que as áreas ardidas venham a assegurar os fluxos de bens e serviços necessários à manutenção das condições ecológicas dos espaços afetados e das condições socioeconómicas das populações envolventes".

A recuperação abrange duas dimensões, a biofísica e a socioeconómica, sendo que no âmbito da primeira componente são usualmente distinguidas 4 fases no processo de recuperação de uma área ardida, as quais por vezes podem ser simultâneas:

- 1.ª **Avaliação dos efeitos do incêndio**, incluindo todas as ações no âmbito da delimitação e caracterização do problema, nomeadamente no que respeita à cartografia da área afetada, grau de severidade do incêndio, identificação dos danos imediatos e de longo prazo e dos impactes socioeconómicos. Muitas vezes, esta fase inicia-se ainda durante a ocorrência do incêndio e termina nas semanas imediatas;
- 2.ª **Estabilização de emergência**, na qual se executam as ações a executar no *muito curto prazo* (nas semanas seguintes) no âmbito da proteção das bacias hidrográficas e do solo e, por exemplo, das medidas de emergência para a salvaguarda da vegetação e da fauna com especial valor de conservação e com impacte na segurança das infraestruturas. Pretende-se aqui reconhecer eventuais ameaças iminentes à vida e segurança humanas, às propriedades e bens e a recursos naturais ou culturais relevantes, e executar ações imediatas, tecnicamente ajustadas, para a eliminação ou mitigação dos riscos identificados;
- 3.ª **Reabilitação**, envolvendo sobretudo atividade a executar no *curto e médio prazos* no âmbito da proteção das bacias hidrográficas, do solo, da recuperação de salvados e da vegetação e da fauna (incluindo a cinegética), muitas associadas à monitorização da resposta dos ecossistemas e às medidas corretivas que dela derivem, no prazo de 2-3 anos após o incêndio;
- 4.ª **Recuperação de longo prazo**, com todas as ações de planeamento e intervenção que assegurem a recuperação sustentável das áreas ardidas no *longo e muito longo prazos*, desenvolvidas normalmente após 2-3 anos depois da ocorrência do incêndio. Para este efeito existem várias medidas de política florestal que visam garantir um adequado enquadramento institucional e gestionário, de que se salientam as zonas de intervenção florestal (ZIF) e as áreas integradas de gestão da paisagem (AIGP).

O presente relatório realizado em estreita cooperação com as autarquias locais e com as organizações de produtores florestais da região afetada, visa dar resposta às necessidades de intervenção de emergência, cobrindo principalmente os pontos 1 a 3 acima referidos, dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, e no Despacho n.º 9716-A/2017, de 7 de novembro, e bem assim à Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho (Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais).

2 CARATERIZAÇÃO DA ÁREA PERCORRIDA PELO INCÊNDIO

O incêndio de **Adeganha** localiza-se na zona norte de Portugal Continental, entre as latitudes 41, 2859 N e 41,2097 N e longitudes 07,0915 W e 07,0100 W, inserido na Região NUTS III do Douro. O incêndio de **Larinho** desenvolveu-se mais a Este, dentro da mesma Região NUT III.

O alerta do incêndio foi dado no dia **06-08-2020** pelas 14h41, sendo dado como extinto no dia **07-08-2020** pelas 10h45, tendo ardido um total de **2769,02 hectares**. Este incêndio foi registado na plataforma SGIF com o código de ocorrência **TM220246** e código ANEPC **2020040019831**. No dia **11-08-2020** pelas 23h21 deu-se o reacendimento do incêndio, tendo sido dado como no dia **12-08-2020** pelas 09h17, ardendo um total de 256,96 **hectares**. Este incêndio foi registado na plataforma SGIF com o código de ocorrência **TM220277**e código ANEPC **2020040020724**.

A delimitação do perímetro do incêndio para efeitos de análise cartográfica, teve por base as imagens do Satélite Sentinel-2.

Área ardida por limite administrativo

Concelho	Incêndio	Freguesia	Área ardida (ha)	Área total (ha)	Área ardida (%)
Torre de Moncorvo		**Total concelho**	3026	**53156**	**5,69%**
	Adeganha	UF Adeganha e Cardanha	2769	6446	**42,96%**
	Larinho	Larinho	257	2949	**8,71%**

Área ardida por classe de ocupação do solo (COS 2015) - Adeganha

Ocupação do solo	Espécie	Área parcial (ha)	Área total (ha)
Floresta	Sobreiro	**239**	**637**
	Pinheiro bravo	**95**	
	Carvalho	**129**	
	Outras resinosas	**2**	
	Outras folhosas	**173**	
Matos e Pastagens			**1950**
Agricultura			**167**
Urbano			**15**
Total			**2769**

Área ardida por classe de ocupação do solo (COS 2015) - Larinho

Ocupação do solo	Espécie	Área parcial (ha)	Área total (ha)
Floresta	Pinheiro bravo	**4**	**7**
	Carvalho	**1**	
	Outras folhosas	**2**	
Matos e Pastagens			**243**
Agricultura			**7**
Total			**257**

Como apoio à caracterização e planeamento das ações foram desenvolvidos os seguintes cartogramas:

- Carta 01 – Carta de Enquadramento;
- Carta 02 – Carta de Enquadramento sobre ortofotomapa;
- Carta 03 – Carta de altimetria;
- Carta 04 – Carta de declives;
- Carta 05 – Carta de sub-bacias e RPFGC planeada;
- Carta 06 – Carta de ocupação do solo;
- Carta 07 – Carta de Perigosidade de incêndio de 2020;
- Carta 08 – Carta de recorrência de incêndios (1975-2019);
- Carta 09 – Carta de Severidade (dNBR).

3 MEDIDAS PARA ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA

As necessidades de intervenção foram avaliadas tendo em conta vários fatores, nomeadamente a severidade de incêndio, declives, ocupação do solo, áreas com estatuto de proteção, linhas de água, rede viária e pontos de água.

Seguidamente apresentam-se as fichas de identificação de necessidades de intervenções de estabilização de emergência pós-incêndio (operações com escala territorial relevante, segundo o estipulado no Despacho n.º 9716-A/2017, de 7 de novembro), estratificadas por concelho que se encontram estruturadas em quatro tipologias de intervenção:

- Recuperação de infraestruturas afetadas;
- Controlo da erosão, tratamento e proteção de encostas;
- Prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água;
- Diminuição da perda de biodiversidade.

O investimento nos trabalhos identificados neste relatório ascende a 38 495 euros.

Ficha de identificação de necessidades de intervenções de estabilização de emergência pós-incêndio

(operações com escala territorial relevante - Portaria nº 134/2015, artigo 21.º)

1 - Incêndio Adeganha (TM220246)

Área (ha)	2 769	Data Início	06/08/2020
Concelho	Torre de Moncorvo	Data Fim	07/08/2020
Distrito	Bragança	NUTS III	Douro

2 - Parcelas de intervenção

		Elemento fisiográfico do terreno	
Área (ha)	2 769	Encostas	x
Freguesia	Adeganha e Cardanha	Linhas de água	x
		Rede viária	x
		Redes DFCI	x
Concelho	Torre de Moncorvo	Outro	x

3- Tipo de intervenção

Recuperação de infraestruturas afectadas	Unidade	Quantidade	Valor unitário (€)	Valor total (€)
Recuperação de troços de rede primária e secções da rede secundária de FGC	hectare	0,0	750,00 €	0,00 €
Recuperação de pontos de água	nº	1,0	3 000,00 €	3 000,00 €
Substituição de sinalização danificada de caça e pesca	nº	28	5,00 €	140,00 €
Substituição de sinalização danificada	nº	14	100,00 €	1 400,00 €
Recuperação e tratamento de rede viária	km	20,3	925,00 €	18 805,25 €
Intervenções complementares de recuperação de pontos de água	nº	0,0	0,00 €	0,00 €
Recuperação de vedações para proteção dos povoamentos contra ação do gado	km	0,0	0,00 €	0,00 €
			Subtotal:	**23 345,25 €**
Controlo da erosão, tratamento e proteção de encostas				
Aquisição ou corte e processamento de resíduos orgânicos/florestais	hectare	0,0	300,00 €	0,00 €
Instalação de barreiras de resíduos florestais, troncos e outros	hectare	0,0	650,00 €	0,00 €
Abertura de regos segundo curvas de nível	hectare	0,0	200,00 €	0,00 €
			Subtotal:	**0,00 €**
Prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água				
Regularização do regime hidrológico das linhas de água	hectare	5,5	2 000,00 €	11 000,00 €
Obras de correção torrencial de pequena dimensão	nº	0,0	3 000,00 €	0,00 €
Intervenções complementares de regularização do regime hidrologico das linhas água, nomeadamente **instalação de vegetação ripicola**	hectare	0,0	1 950,00 €	0,00 €
Obras complementares de correção torrencial de pequena dimensão	nº	0,0	0,00 €	0,00 €
			Subtotal:	**11 000,00 €**
Diminuição da perda de biodiversidade				
Instalação de abrigos e comedouros para a fauna selvagem	nº	83	50,00 €	4 150,00 €
Instalação de elementos de descontinuidade, tais como faixas de gestão de combustíveis ou faixas de arvoredo de alta densidade	hectare	0,0	0,00 €	0,00 €
Controlo de espécies invasoras lenhosas	hectare	0,0	0,00 €	0,00 €
			Subtotal:	**4 150,00 €**
			Total:	**38 495,25 €**

4- Observações: 4.4 - Os 5,5 há de regularização do regime hidrológico das linhas de água, correspopnde ao tratamento de uma faixa de 10m para cada lado das linhas de água.

4 ANEXOS

ANEXO I - Mapas

TM220246

TM220277

Perimetro Florestal da Serra do Reboredo

0 1 2 km

Legenda

- Perímetro incêndio
- Limite de concelho

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de Adeganha/Torre de Moncorvo (06-08-2020)
Carta de enquadramento

Fonte: ICNF, I.P e OSM	Esc:1:70000
Data: 31 de agosto 2020	**01-A3**

0 1 2 km

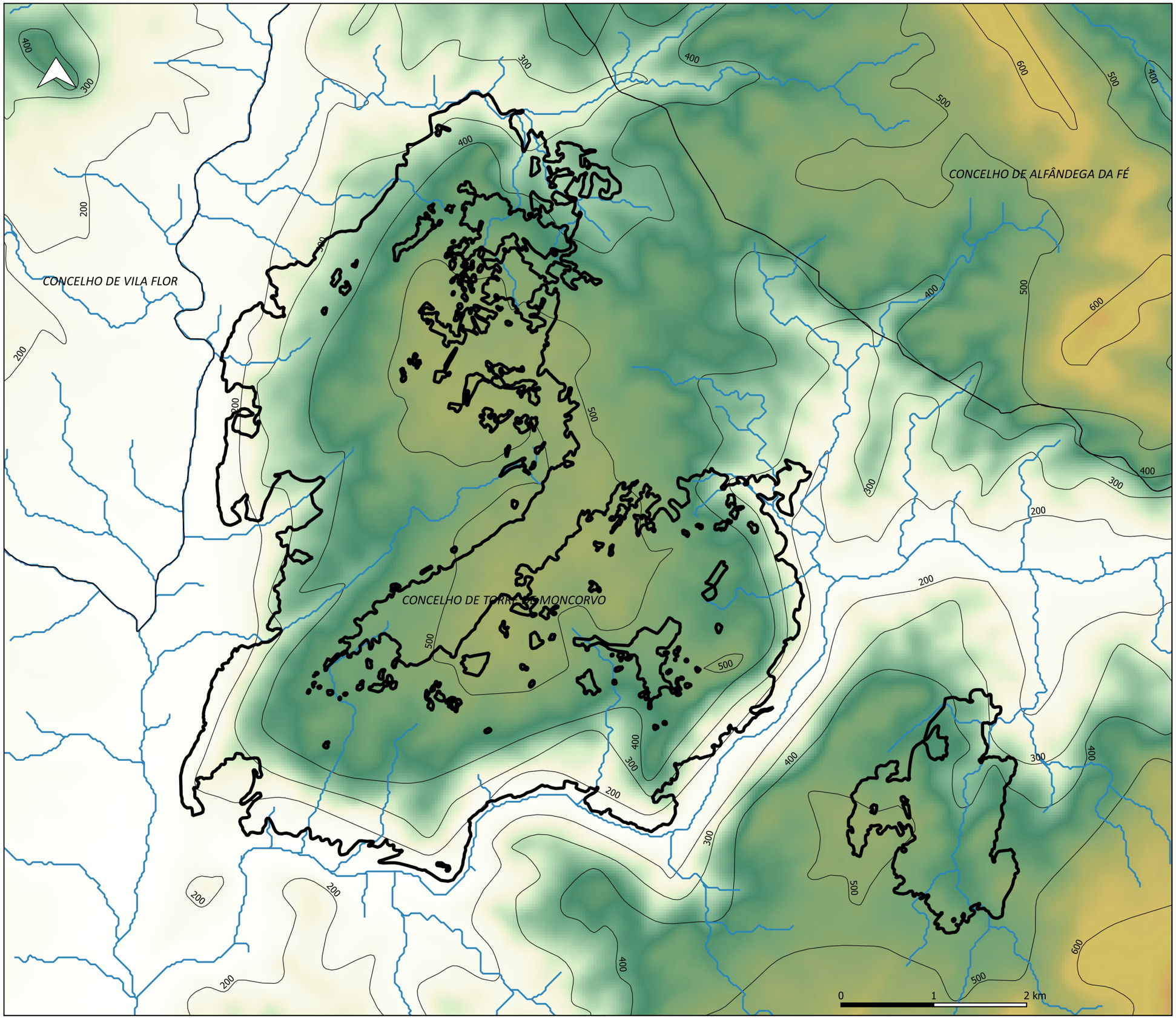
Legenda

- Perímetro incêndio
- Rede viária (OSM)
- Linhas de água
- Concelho

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de Adeganha/Torre de Moncorvo (06-08-2020)
Carta de enquadramento sobre ortofotomapa

Fonte: ICNF, I.P	Esc: 1:40000
Data: 31 de agosto 2020	**02-A3**



Legenda

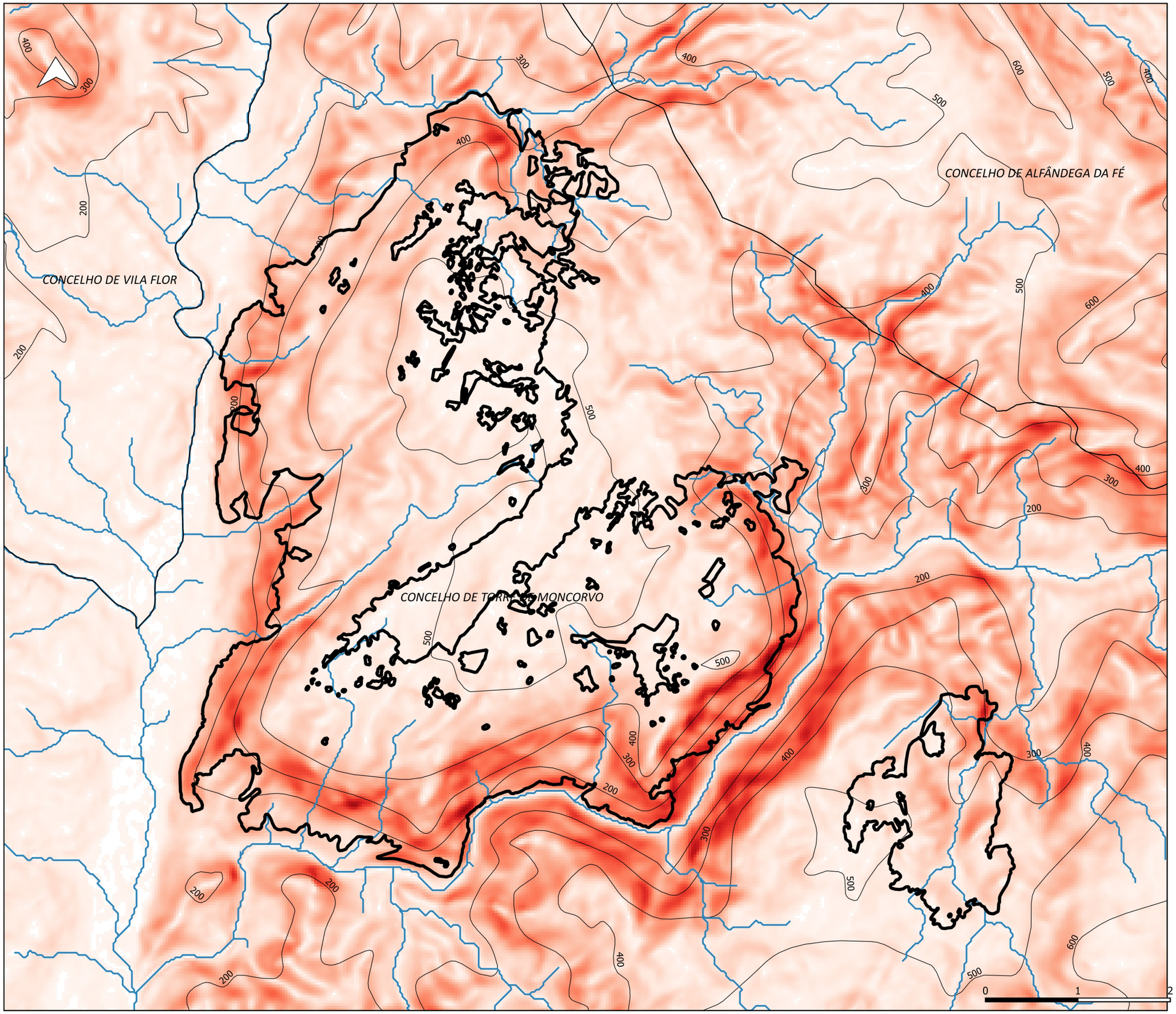
Modelo Digital de Terreno

- 200 (min)
- 800 (máx)
- Curvas de nível (100m)
- Linhas de água
- Perímetro incêndio

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de Adeganha/Torre de Moncorvo (06-08-2020)
Carta de altimétrica

Fonte: ICNF, I.P,	Esc: 1:40000
Data: 31 de agosto 2020	**03 -A3**



Legenda

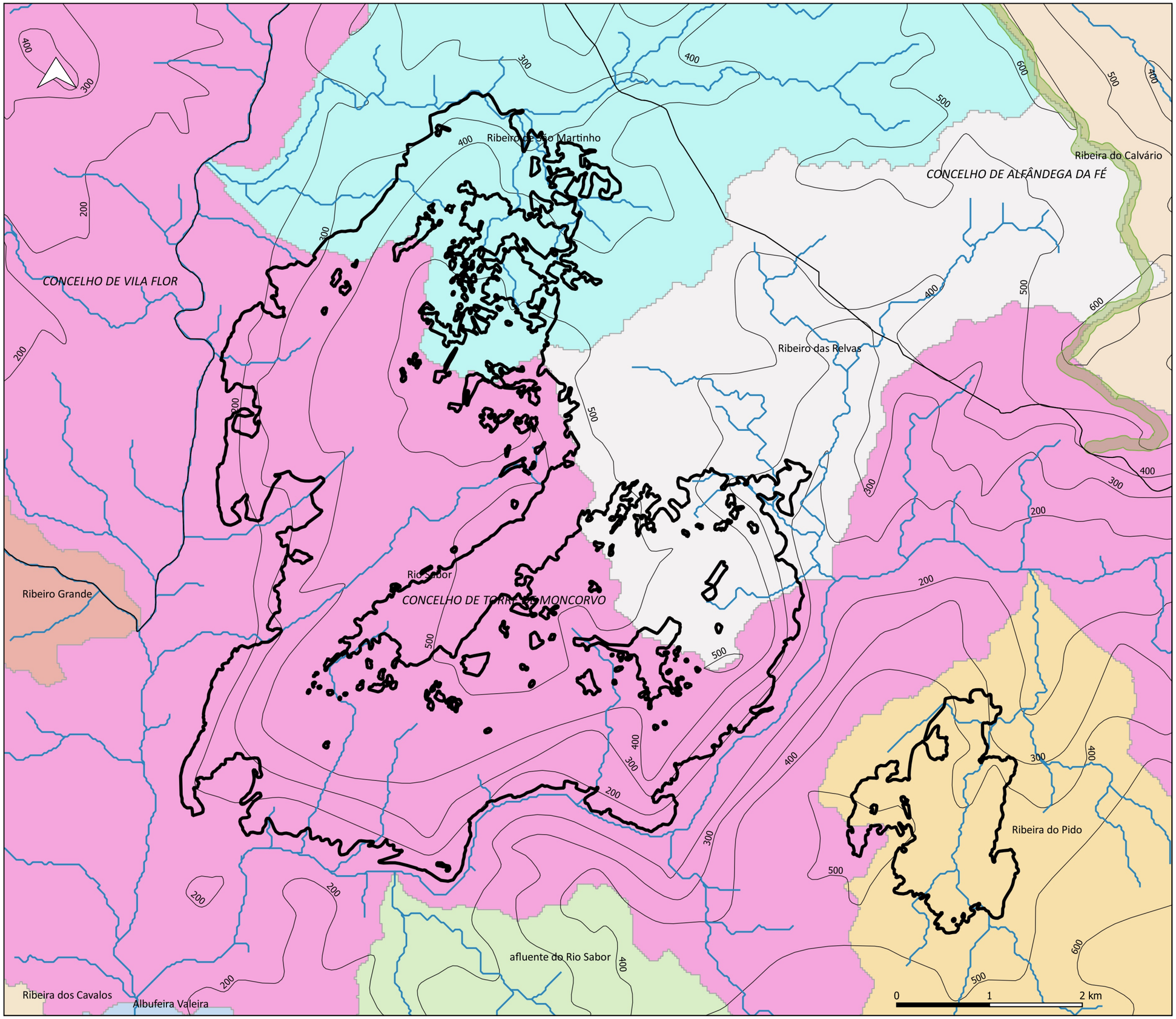
Declives (%)

- 1
- 10
- 20
- 30
- 40
- 50
- 60
- 70
- 80
- 90
- 100
- Curvas de nível (100m)
- Linhas de água
- Perímetro incêndio

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de Adeganha/Torre de Moncorvo (06-08-2020)
Carta de declive

Fonte: ICNF, I.P,	Esc: 1:40000
Data: 31 de agosto 2020	**04 -A3**



Legenda

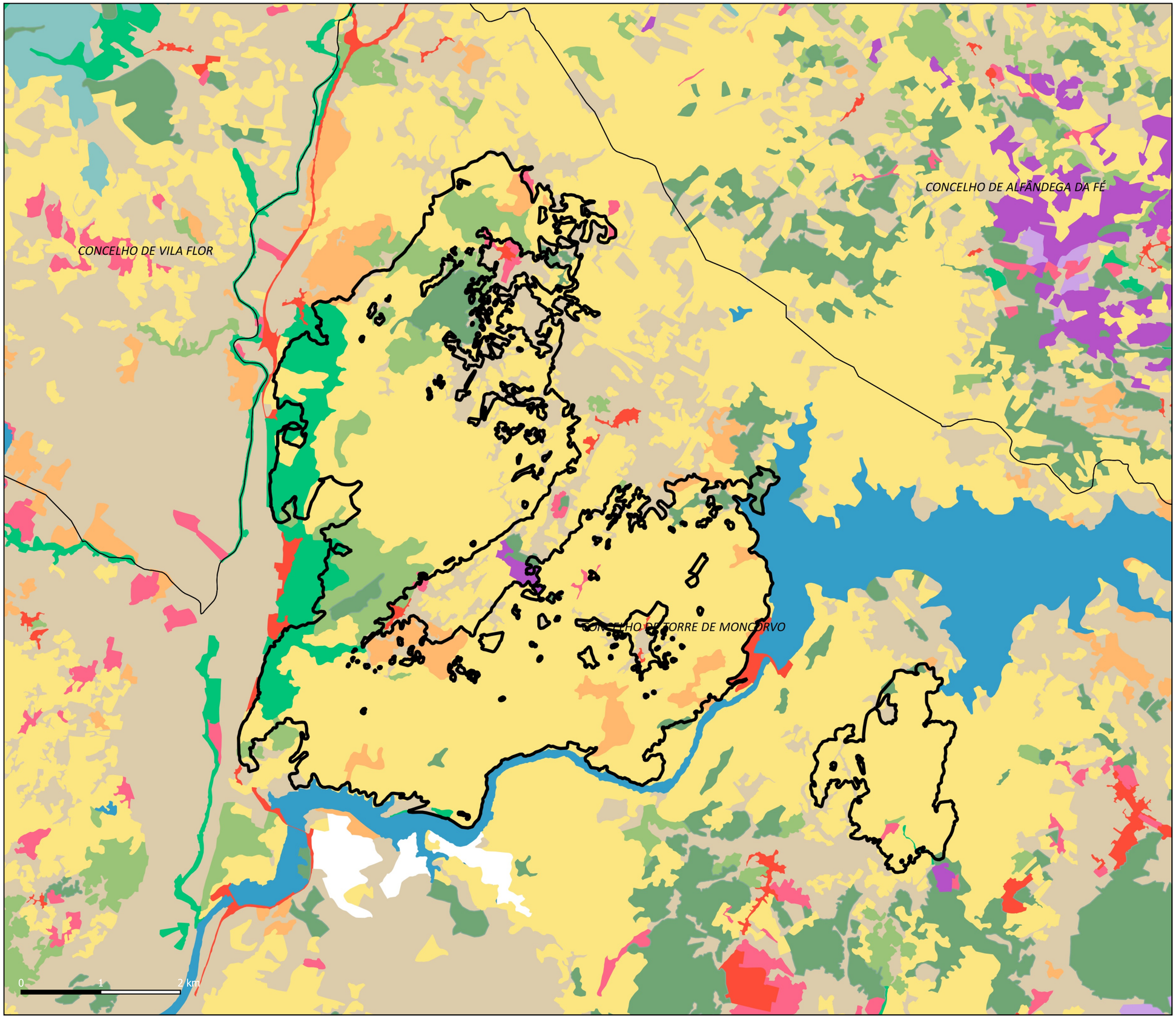
Sub_bacias hidrográficas

- afluente do Rio Sabor
- Albufeira Valeira
- Ribeira do Calvário
- Ribeira do Pido
- Ribeira dos Cavalos
- Ribeiro das Relvas
- Ribeiro de São Martinho
- Ribeiro Grande
- Rio Sabor
- Linhas de água
- RPFGC

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de Adeganha/Torre de Moncorvo (06-08-2020)
Carta de sub-bacias e RPFGC planeada

Fonte: ICNF, I.P	Esc: 1:40000
Data: 31 de agosto 2020	**05 -A3**



Legenda

COS 2018

- Agrícola
- Águas interiores
- Carvalho
- Castanheiro
- Eucalipto
- Matos
- Outras folhosas
- Outras resinosas
- Pastagens
- Pinheiro-bravo
- Sobreiro
- Urbano
- Limite de concelho

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de Adeganha/Torre de Moncorvo (06-08-2020)
Carta de ocupação do solo (COS2018)

Fonte: ICNF, I.P	Esc: 1:46618
Data: 31 de agosto 2020	**06-A3**

CONCELHO DE VILA FLOR

CONCELHO DE ALFÂNDEGA DA FÉ

CONCELHO DE TORRE DE MONCORVO

0 1 2 km

Legenda

PerigConj_20

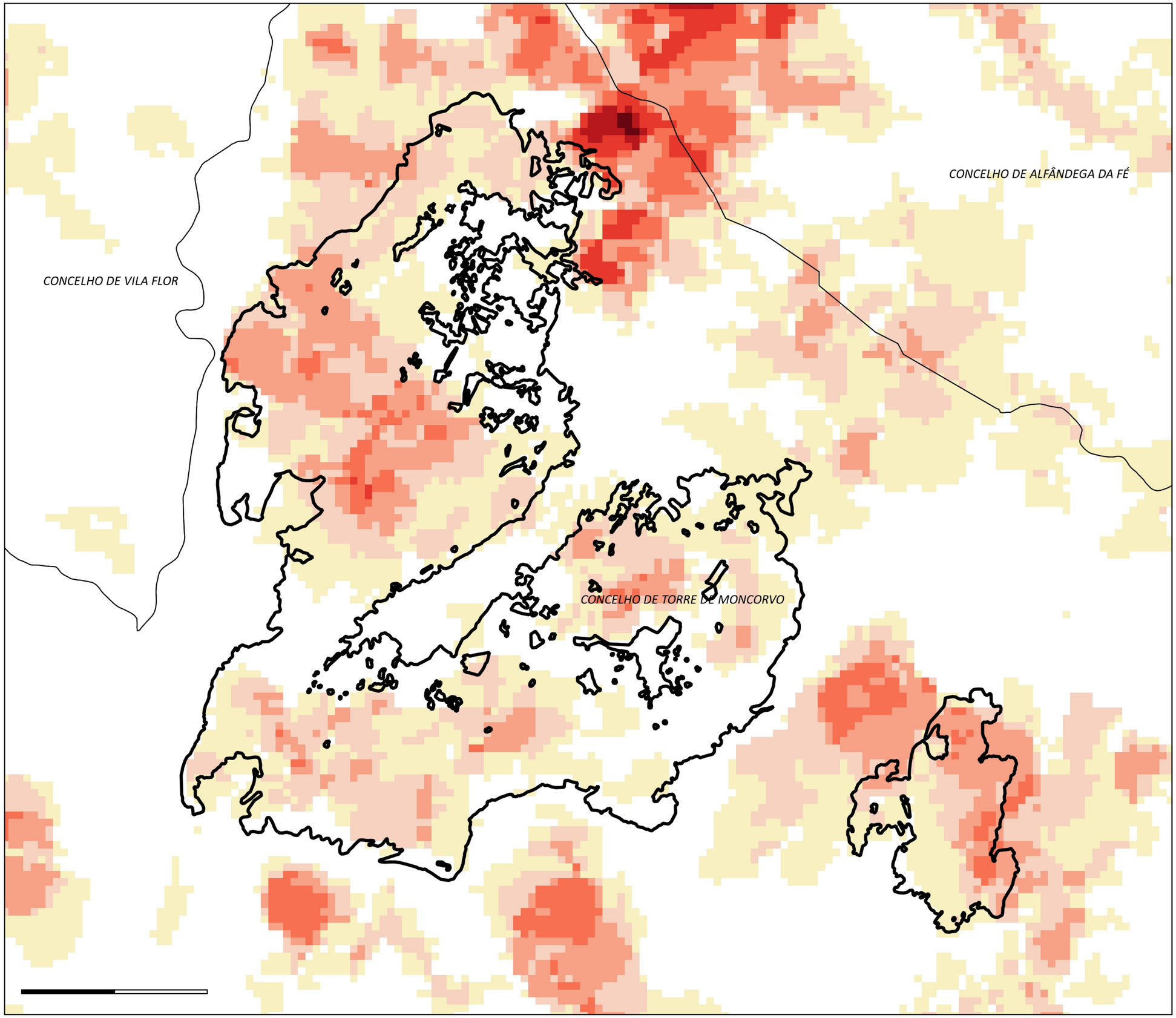
- Nula
- Muito baixa
- Baixa
- Média
- Alta
- Muito alta
- Áreas com potencial para grandes incêndios

- Perímetro incêndio
- Limite de concelho

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de Adeganha/Torre de Moncorvo (06-08-2020)
Carta de perigosidade de incêndio 2020

Fonte: ICNF, I.P	Esc: 1:50.000
Data: 31 de julho 2020	**07-A3**



Legenda

Recorrência de incêndio (1975-2019)

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6

Perímetro incêndio

Limite de concelho

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de Adeganha/Torre de Moncorvo (06-08-2020)
Carta de recorrência de incêndio (1975-2019)

Fonte: ICNF, I.P.	Esc: 1:40000
Data: 31 de agosto 2020	**08-A3**

CONCELHO DE VILA FLOR

CONCELHO DE ALFÂNDEGA DA FÉ

CONCELHO DE TORRE DE MONCORVO

Legenda

Severidade de incêndio (Sentinel-2)

- Severidade muito reduzida
- Severidade reduzida
- Severidade média
- Severidade elevada
- Severidade muito elevada
- Perímetro incêndio
- Limite de concelho

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de Adeganha/Torre de Moncorvo (06-08-2020)
Carta de severidade de incêndio

Fonte: ICNF, I.P, Sentinel 2	Esc:1:40000
Data: 31 de agosto 2020	**09-A3**

ANEXO II - Principal legislação e regulamentação aplicável

Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho Decreto-Lei n.º 15/2009, de 14 de janeiro Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro Decreto-Lei n.º 83/2014, de 23 de maio Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto Decreto-Lei n.º 10/2018, de 14 de fevereiro Decreto-Lei n.º 14/2019, de 21 de janeiro	Estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do **Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios**. Define o âmbito da **recuperação de áreas ardidas** (art.º 3.º, n.º 1, al. *x)*) e a obrigatoriedade da incorporação de medidas de recuperação no PNDFCI e no restante planeamento de DFCI (art.º 8 e art.º 11.º). No seu artigo 36.º estabelece normas relativas à remoção de materiais queimados numa faixa mínima de 25 m para cada lado das faixas de circulação rodoviária e relativas às ações de estabilização de emergência.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015, de 4 de fevereiro	**Estratégia Nacional para as Florestas** (primeira atualização da Estratégia aprovada pela RCM n.º 114/2006, de 15 de setembro). A recuperação das áreas ardidas é abordada no âmbito da desertificação, do fomento do associativismo (ZIF) e da política de DFCI. Nos objetivos estratégicos definidos surge o "**A.9 – Recuperar e reabilitar os ecossistemas florestais afetados**", para o qual na Matriz Estratégica são definidos vários objetivos específicos e operacionais, incluindo-se nestes últimos: - Avaliar os incêndios com áreas superiores a 500ha tendo em vista a ponderação da recuperação de emergência; - Apoiar intervenções de restabelecimento de emergência após incêndio, com base nos relatórios produzidos pelo ICNF; - Recuperar povoamentos florestais em regeneração após incêndio.
Portaria n.º 134/2015, de 18 de maio Portaria n.º 394/2015, de 3 de novembro Portaria n.º 233/2016, de 29 de agosto Portaria n.º 249/2016, de 15 de setembro Portaria n.º 15-C/2018, de 12 de janeiro Portaria n.º 46/2018, de 12 de fevereiro Portaria n.º 105-A/2018, de 18 de abril Portaria n.º 111-A/2018, de 27 de abril Portaria n.º 237-B/2018, de 28 de agosto Declaração de Retificação n.º 30/2018, de 6 de setembro Portaria n.º 303/2018, de 26 de novembro Portaria n.º 42-B/2019, de 30 de janeiro Portaria n.º 48/2019, de 7 de fevereiro	Estabelece o regime de aplicação da operação 8.1.4 «**Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou por acontecimentos catastróficos**», ambas inseridas na ação 8.1 «Silvicultura Sustentável» da Medida 8 «Proteção e Reabilitação dos Povoamentos Florestais» do **Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020)**. Prevê, no âmbito da recuperação de áreas ardidas, o apoio às seguintes tipologias de intervenção: - Reflorestação de áreas afetadas e recuperação de infraestruturas danificadas (nível das explorações florestais); - Recuperação das infraestruturas danificadas, controlo da erosão, tratamento e proteção das encostas, prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água e diminuição da perda de biodiversidade (nível de escala territorial relevante).
Despacho n.º 9716-A/2017, de 7 de novembro	Homologa a estrutura tipo da Ficha de Identificação de Necessidades de Intervenção de Estabilização de Emergência Pós-Incêndio, regulamentando o n.º 3 do art.º 36.º do Dec.-Lei n.º 124/2006.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2018, de 1 de março	Aprova a **Diretiva Única de Prevenção e Combate**, na qual se inclui a componente de recuperação das áreas ardidas. Atribui ao ICNF a definição das melhores medidas de recuperação pósincêndio, a detalhar em diretiva própria. À AGIF devem ser comunicadas as ações realizadas, cabendo-lhe ainda o apuramento das perdas decorrentes dos incêndios.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2019, de 21 de janeiro	Aprova a **missão do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais** (SGIFR). Define como um dos elos da "cadeia de valor dos incêndios florestais" o designado "**Pós-evento**", que inclui "a reabilitação, operacionalizada pelo ICNF, nas áreas públicas sob sua gestão, pelos municípios e pelas pessoas singulares ou coletivas de natureza privada detentoras de espaços florestais e ainda pelas organizações de produtores florestais, pelas entidades gestoras de zonas de intervenção florestal e pelas entidades gestoras de baldios, e as lições aprendidas e melhoria contínua, responsabilidade de todas as entidades e confiada à coordenação da AGIF, em colaboração com todas as entidades do SGIFR".
Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho	Aprova o Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais, o qual atribui ao ICNF a competência de definição das intervenções de estabilização e recuperação.